

## MERCADO DE TRABALHO

# Desempenho recente do mercado de trabalho

### Sumário

Ao longo do último trimestre, em consonância com um ritmo de expansão mais forte da atividade econômica, os principais indicadores de emprego no país sinalizam forte dinamismo no mercado de trabalho brasileiro, caracterizado, entre outros aspectos, por novas quedas da desocupação e aumentos de rendimentos reais. Se, por um lado, o crescimento dos salários é uma consequência benigna e esperada da trajetória de crescimento da ocupação em ritmo superior ao observado na força de trabalho verificada no último ano, de outro ele tende a impactar o nível de preços e pode retardar o processo de desinflação da economia brasileira.

Em julho, as estatísticas mensalizadas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) revelam que a taxa de desocupação ficou em 6,5%, recuando 1,1 ponto percentual (p.p.) na comparação com o observado no mesmo período de 2023, mantendo-se, por conseguinte, em patamares historicamente baixos. Nota-se, ainda, que, embora nos últimos meses grande parte da queda da desocupação seja decorrente da criação de novos postos de trabalho, o crescimento mais modesto da força de trabalho também ajuda a explicar este quadro de desemprego reduzido. De fato, em julho, a população ocupada, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era composta por 102 milhões de trabalhadores, o que corresponde a um aumento de 2,3% na comparação interanual. Já a expansão da força de trabalho se deu de modo menos intenso, com alta de 1,2%.

A desagregação dos dados da população ocupada indica, ainda, que nos últimos trimestres boa parte dos novos postos de trabalho gerados possui algum tipo de vínculo empregatício formal, o que vem possibilitando o aumento do nível de formalização do mercado de trabalho brasileiro. Segundo os dados da PNAD Contínua, no trimestre móvel, encerrado em julho, enquanto a população ocupada com algum tipo de registro formal avançou, na média, 2,8%, na comparação interanual, o aumento do número de trabalhadores informais foi de 1,2%. Conseqüentemente, no segundo trimestre de 2024, a taxa de formalização do mercado de trabalho chegou a 61,4%, bem acima da observada no período pré-pandemia (59,4%). Deve-se ressaltar, também, que as estatísticas da pesquisa do IBGE mostram que, no segundo trimestre de 2024, a ocupação cresceu em todos os segmentos etários, com destaque para o grupo de trabalhadores com mais de 60 anos, que apresentou taxa de expansão interanual de 6,9%. Ainda que em menor intensidade – com alta de 1,6% –, a ocupação entre os mais jovens avançou pelo terceiro trimestre consecutivo. Já a desagregação por grau de instrução mostra que a população ocupada vem se tornando mais escolarizada, tendo em vista que enquanto o grupo de trabalhadores com ensino fundamental incompleto recuou 1,8%, no primeiro trimestre do ano, na comparação interanual, o segmento composto por trabalhadores com ensino superior registra alta de 5,8%.

**Maria Andréia Parente Lameiras**

Técnica de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

[maria-andreia.lameira@ipea.gov.br](mailto:maria-andreia.lameira@ipea.gov.br)

**Leo Veríssimo Fernandes**

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea

[leo.fernandes@ipea.gov.br](mailto:leo.fernandes@ipea.gov.br)

**Gabriela Carolina Rezende Padilha**

Pesquisadora do PNPD na Disoc/Ipea

[gabriela.padilha@ipea.gov.br](mailto:gabriela.padilha@ipea.gov.br)

Divulgado em 19 de setembro de 2024.

Não obstante, a melhora no comportamento da taxa de desocupação, a queda do desalento e a redução do desemprego de longo prazo, conjugadas ao aumento dos rendimentos reais, completam este quadro de maior dinamismo do mercado de trabalho. Segundo os dados da PNAD Contínua, em julho de 2024, o percentual de desalentados no país era de 2,8%, abaixo, portanto, do registrado há um ano (3,1%). No caso do desemprego de longo prazo, a pesquisa revela que, no primeiro trimestre de 2024, a parcela de desocupados que estavam nesta posição havia mais de dois anos era de 22,4%, recuando 1,2 p.p. em relação ao percentual apontado neste mesmo período do ano anterior.

Por fim, tendo em vista a baixa ociosidade do mercado de trabalho, observa-se que, em julho, os rendimentos médios reais habitualmente e efetivamente recebidos chegaram a R\$ 3.194,00 e R\$ 3.263,00, acelerando 3,8% e 4,0%, respectivamente, na comparação interanual. Desta forma, além de uma pressão maior sobre os custos de produção, especialmente nos setores intensivos em mão de obra, como os serviços pessoais e o comércio, a alta dos rendimentos, combinada ao crescimento da ocupação, vem possibilitando a expansão da massa salarial, sustentando, por conseguinte, o consumo das famílias.

## 1 Aspectos gerais

Segundo os dados mensalizados da PNAD Contínua, em julho, a taxa de desocupação ficou em 6,5%, recuando 1,1 p.p. em relação à observada no mesmo período do ano anterior (gráfico 1). Já na série livre de efeitos sazonais, a taxa apurada de 6,7%, em julho, consolida a desocupação em níveis historicamente baixos.

Os dados mostram ainda que o recuo da desocupação, no último trimestre, encerrado em julho, foi decorrente, mais uma vez, do bom desempenho da população ocupada, com uma taxa de crescimento interanual média de 2,7%. De acordo com a PNAD Contínua, em julho, em que pese uma leve desaceleração na margem, o contingente de ocupados na economia era de 102 milhões de trabalhadores (gráfico 2), o que corresponde a um avanço de 2,3% nos últimos doze meses.

Nota-se, também, que a melhora da ocupação vem ocorrendo, sobretudo, no setor formal,<sup>1</sup> tendo em vista que, segundo os dados da PNAD Contínua, nos últimos doze meses, encerrados em julho, enquanto a população ocupada com algum tipo de registro avançou 2,8%, o aumento do número de trabalhadores informais <sup>2</sup> foi de 1,2%. Por conseguinte, o nível de formalização no mercado de trabalho vem se expandindo nos últimos trimestres (gráfico 3), de modo que de 2022 a 2024 o nível médio de formalização do mercado de trabalho foi de 60,8%, já ultrapassando o período pré-covid, no qual a taxa média era de 59,7%. Observa-se, no entanto, que, embora em relação ao período imediatamente anterior o nível de formalização tenha se mantido constante, esta comparação deve ser evitada, pois o biênio 2020-2021 foi fortemente afetado pela pandemia, o que retirou do mercado de trabalho, sobretudo, os empregados do setor informal, pois estes estavam ocupados, em grande parte, nos setores de comércio e serviços, fortemente impactados pelas medidas de restrição social. Por sua vez, o nível atual de formalização ainda se encontra abaixo do observado entre 2015 e 2016.

GRÁFICO 1  
Taxa de desocupação  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).

1. Ocupação formal compreende o trabalhador com carteira nos setores privado e público, os militares e estatutários, o trabalho doméstico com carteira, o empregador com CNPJ e por conta própria com CNPJ.

2. Ocupação formal compreende o trabalhador com carteira nos setores privado e público, os militares e estatutários, o trabalho doméstico com carteira, o empregador com CNPJ e por conta própria com CNPJ.

**GRÁFICO 2**  
**População ocupada: dados dessazonalizados**  
(Em milhões de pessoas)

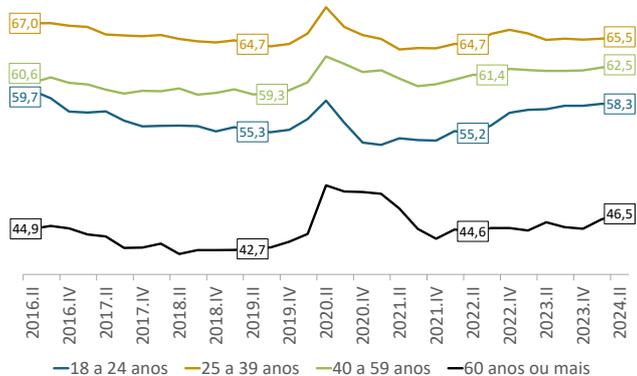


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A desagregação da taxa de formalidade por idade, cujos dados são disponibilizados apenas nas divulgações trimestrais, mostra que, nos últimos dois anos, todas as faixas etárias apresentaram uma melhora nos níveis de formalização, com destaque para o segmento dos trabalhadores mais jovens (18 a 24 anos), cuja taxa avançou de 55,2% para 58,3% (gráfico 4). Em termos absolutos, o maior nível de formalidade está no segmento dos ocupados com idade entre 25 e 39 anos (65,5%), enquanto o menor nível está no grupo dos trabalhadores mais idosos (46,5%).

Já a abertura por grau de escolaridade revela que entre o segundo trimestre de 2022 e o segundo trimestre de 2024, enquanto os grupos de trabalhadores com ensino fundamental incompleto e ensino médio apontaram melhora do nível de formalização, os segmentos de ocupados com ensino fundamental completo e superior registram uma leve piora (gráfico 5). Nota-se, entretanto, que, mesmo diante de uma desaceleração, a taxa de formalidade entre os trabalhadores com nível superior continua bem acima da registrada nos demais segmentos educacionais.

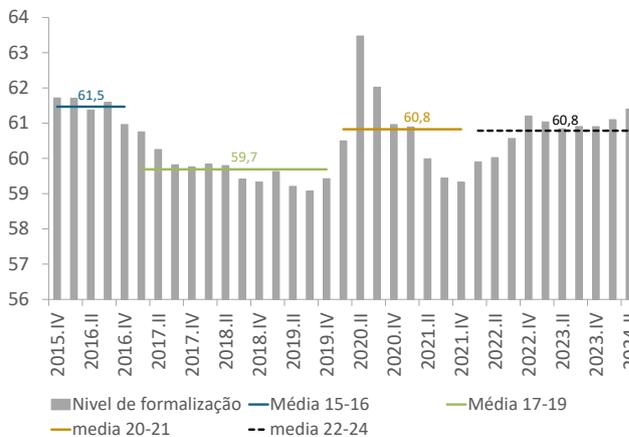
**GRÁFICO 4**  
**Taxa de formalização por faixa etária**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

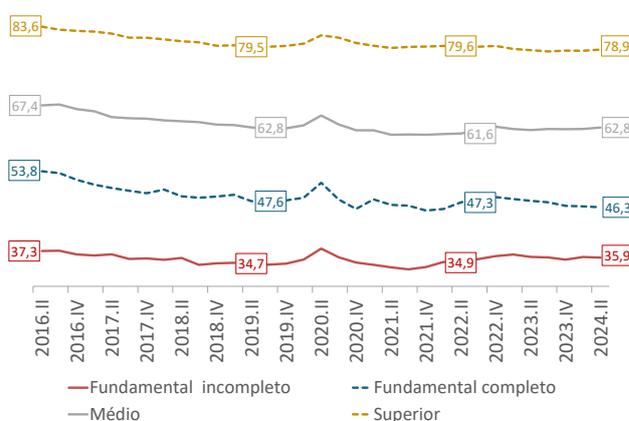
De modo semelhante ao apontado pela pesquisa do IBGE, os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) ratificam este cenário de maior dinamismo da ocupação formal no país. De acordo com os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no acumulado do ano, até julho, a economia brasileira

**GRÁFICO 3**  
**Taxa de formalização**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 5**  
**Taxa de formalização por grau de escolaridade**  
(Em %)

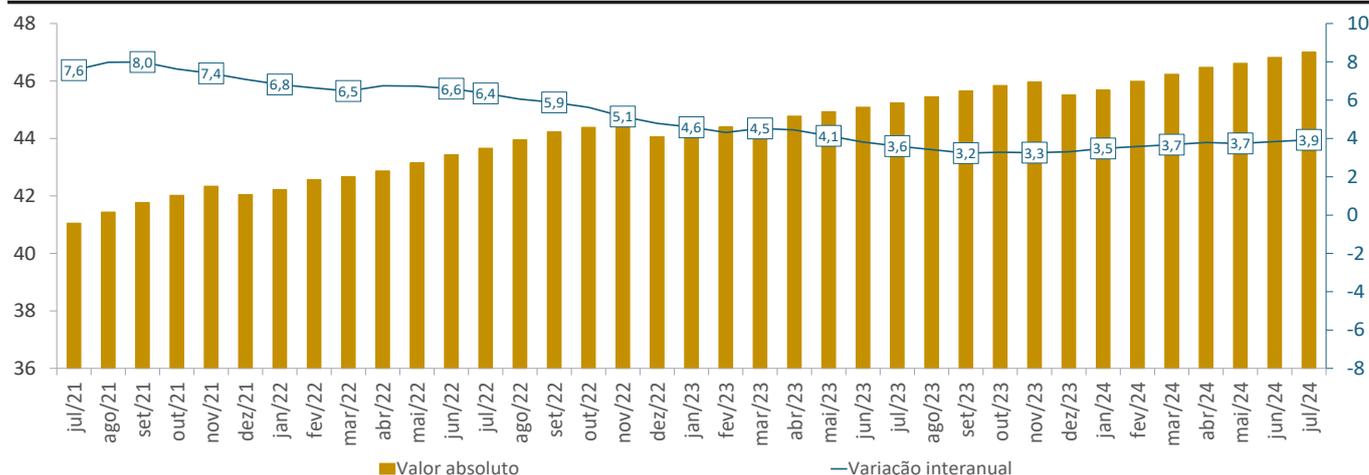


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

gerou 1,5 milhão de novas vagas com carteira assinada, o que corresponde a um aumento de 27,0% em relação ao observado no mesmo período de 2023 (1,2 milhão). Já nos últimos doze meses, o saldo de empregos formais apontados pelo Novo Caged é de aproximadamente 1,8 milhão. Desta forma, o estoque de trabalhadores formais chegou a 47,0 milhões, em julho de 2024, o que representa alta de 3,9% na comparação interanual (gráfico 6).

GRÁFICO 6

**Novo Caged: estoque de empregos formais, em valor absoluto (milhões de pessoas) e variação interanual (porcentagem)**



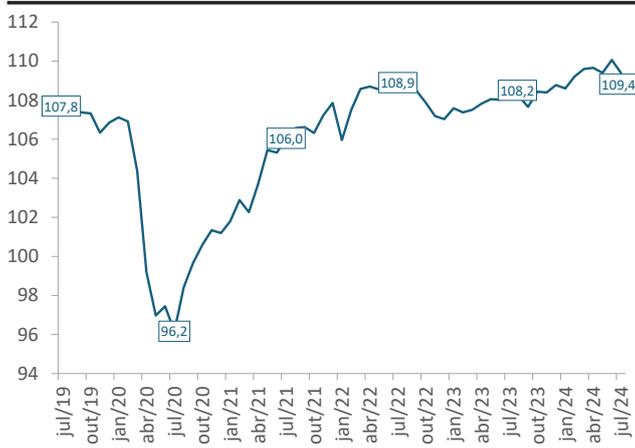
Fonte: Novo Caged/Ministério do Trabalho e Emprego.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Não obstante os efeitos positivos do crescimento da população, a perda de dinamismo da força de trabalho nesse último trimestre também contribuiu para a manutenção da taxa de desocupação em patamar reduzido. Por certo, após registrar um movimento de recuperação mais forte, no trimestre encerrado em abril, com um crescimento médio de 1,8%, a força de trabalho reduziu o seu ritmo de expansão, de modo que no trimestre finalizado em julho a taxa de média de expansão recuou para 1,5%. Em termos absolutos, em julho, o contingente de pessoas na força de trabalho era de 109,4 milhões, o que corresponde a uma queda de 0,6% em relação ao observado no mês imediatamente anterior (gráfico 7). Desta forma, após quatro avanços consecutivos, a taxa de participação no mercado de trabalho brasileiro voltou a recuar, passando de 62,5%, em junho, para 62,1%, em julho, mantendo-se praticamente estável em relação ao observado neste mesmo mês do ano anterior e bem abaixo do patamar registrado no período pré-pandemia (gráfico 8).

GRÁFICO 7

**Força de trabalho: dados dessazonalizados**

(Em milhões de pessoas)

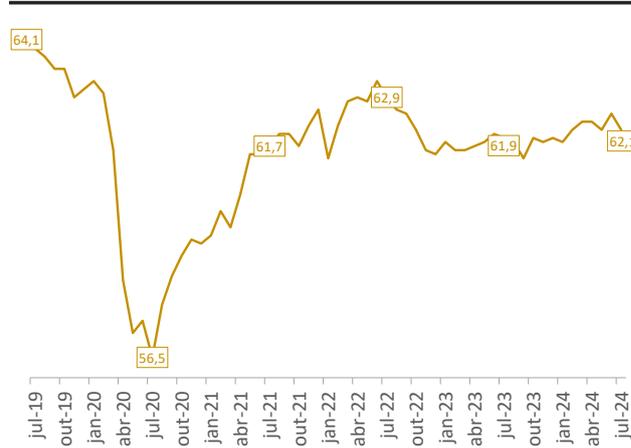


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 8

**Taxa de participação dessazonalizada**

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE e Disoc/Ipea.

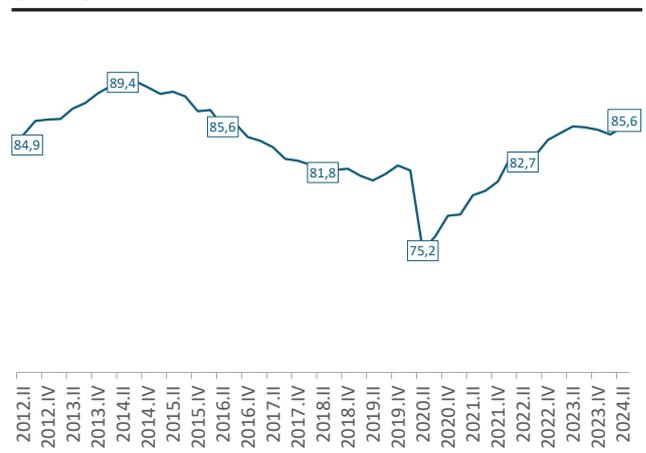
Ainda em relação à dinâmica da força de trabalho, é possível identificar também, a partir da análise dos microdados da pesquisa do IBGE, que voltou a subir, na margem, a proporção de pessoas que estão fora da força de trabalho e que não retornariam ao mercado de trabalho mesmo se houvesse uma proposta de emprego. No segundo trimestre de 2024, esta parcela chegou a 85,6% (gráfico 9).

Adicionalmente, os microdados da PNAD Contínua sinalizam que, no período pós-pandemia, as causas apontadas por este conjunto de indivíduos para se manterem fora da força de trabalho sofreram mudanças (gráfico 10). De fato, nos últimos trimestres, a proporção de pessoas fora da força de trabalho devido ao desalento vem recuando mais intensamente, de modo que no segundo trimestre de 2024 esta parcela já era de 38,4%, bem abaixo do registrado no fim de 2019 (46,6%). Já a proporção de pessoas fora da força de trabalho por conta dos estudos recuou levemente, passando de 12,7% para 12,2%. Em contrapartida, a fração de indivíduos que estão fora da força de trabalho por ter que realizar cuidados domésticos avançou bastante após a pandemia, passando de 17,6%, no quarto trimestre de 2019, para 22,7%, no segundo trimestre de 2024. De modo similar, a parcela de indivíduos fora da força de trabalho por problemas associados à saúde, à gravidez ou a outras questões pessoais também acelerou, saltando de 17,9% para 21,7% entre o fim de 2019 e o segundo trimestre de 2024.

Nota-se ainda que as boas condições atuais do mercado de trabalho brasileiro também são evidenciadas pela melhora do indicador de tempo de procura por emprego, dado que o percentual de indivíduos que estão à procura de uma nova colocação no mercado de trabalho há dois anos ou mais – o que já pode ser considerado como desemprego de longo prazo – recuou ao longo dos últimos trimestres. Com efeito, no segundo trimestre de 2024, esta parcela correspondia a 22,4% do total de desempregados, o que significa uma queda de 1,2 p.p. em relação à observada em 2023 (gráfico 11).

GRÁFICO 9

**Proporção de indivíduos fora da força de trabalho que não almejam retornar ao mercado de trabalho**  
(Em %)

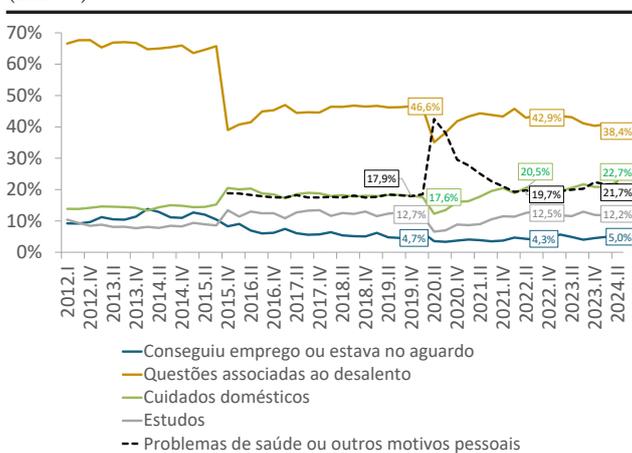


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 10

**Proporção de indivíduos fora da força de trabalho por motivação**  
(Em %)

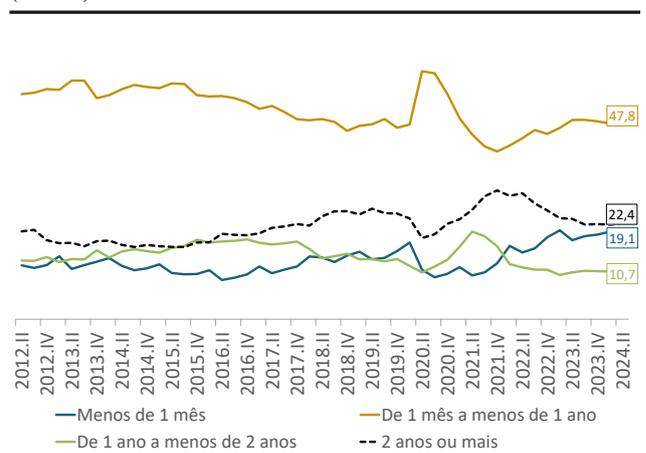


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 11

**PNAD Contínua: desocupados por tempo de procura**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Por fim, os dados mostram que, como esperado, diante de um mercado de trabalho bastante aquecido, os rendimentos médios reais apresentam trajetória de alta nos últimos meses. Em julho, os rendimentos médios reais habitualmente e efetivamente recebidos chegaram a R\$ 3.194,00 e R\$ 3.263,00, acelerando 3,8% e 4,4%, respectivamente, na comparação interanual. Consequentemente, a combinação entre expansão da ocupação e crescimento dos rendimentos vem possibilitando um cenário de forte avanço da massa salarial habitual, que acelerou 6,5% em julho na comparação interanual.<sup>3</sup>

## 2 Análise desagregada da desocupação

Os dados desagregados, extraídos da PNAD Contínua trimestral, mostram que, no segundo trimestre de 2024, todos os segmentos pesquisados apresentaram recuo da taxa de desocupação, tanto na comparação interanual quanto em relação ao período imediatamente anterior (tabela 1). Na abertura regional, os principais destaques vão para as regiões Nordeste, Norte e Sudeste, cujas taxas de desocupação de 9,4%, 6,9% e 6,6%, apuradas no segundo trimestre de 2024, situam-se mais de 1,0 p.p. abaixo das registradas neste mesmo período de 2023 (11,3%, 8,1% e 7,9%, respectivamente). Em termos absolutos, em que pese a boa desaceleração da desocupação na região Nordeste, esta ainda se encontra no maior patamar entre todas as regiões. Em contrapartida, a região Sul segue apresentando a menor taxa de desocupação do país (4,7%). O recorte por gênero revela que, na comparação interanual, a magnitude da queda do desemprego foi um pouco maior para o sexo masculino, tendo em vista que enquanto a desocupação entre os homens recuou de 6,9% para 5,6%, a das mulheres caiu de 9,6% para 8,6%.

TABELA 1  
Taxa de desemprego  
(Em %)

	2021			2022				2023				2024	
	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.
Brasil	14,2	12,6	11,1	11,1	9,3	8,7	7,9	8,8	8,0	7,7	7,4	7,9	6,9
Centro Oeste	11,6	9,8	8,4	8,5	7,0	6,5	6,2	7,0	5,7	5,5	5,8	6,1	5,4
Nordeste	18,4	16,4	14,7	14,9	12,7	12,0	10,9	12,2	11,3	10,8	10,4	11,1	9,4
Norte	14,1	12,0	11,2	11,7	8,9	8,2	8,1	9,1	8,1	7,7	7,7	8,2	6,9
Sudeste	14,6	13,1	11,2	11,1	9,3	8,7	7,9	8,6	7,9	7,5	7,1	7,6	6,6
Sul	8,2	7,5	6,7	6,5	5,6	5,2	4,5	5,0	4,7	4,6	4,5	4,9	4,7
Masculino	11,6	10,1	9,0	9,1	7,5	6,9	6,5	7,2	6,9	6,4	6,0	6,5	5,6
Feminino	17,7	15,9	13,9	13,7	11,6	11,0	9,8	10,8	9,6	9,3	9,2	9,8	8,6
18 a 24 anos	28,5	25,7	22,8	22,8	19,3	18,0	16,4	18,0	16,6	16,0	15,3	16,8	14,3
25 a 39 anos	13,2	11,5	10,1	10,2	8,3	7,8	7,1	8,2	7,4	7,0	6,9	7,3	6,3
40 a 59 anos	9,5	8,2	7,2	7,1	6,0	5,6	5,3	5,6	5,3	5,1	4,9	5,2	4,6
Mais de 60 anos	5,6	5,4	4,4	4,3	4,0	3,7	3,4	3,9	3,4	3,2	3,5	3,2	3,1
Fundamental Incompleto	13,8	12,1	10,9	10,8	8,9	8,7	8,3	8,5	7,8	7,7	7,7	7,6	6,9
Fundamental Completo	15,7	14,0	13,3	12,2	10,4	10,1	9,3	10,1	9,6	9,9	9,3	9,2	8,2
Médio Incompleto	22,7	20,1	18,4	18,3	15,3	15,3	13,9	15,2	13,6	13,5	13,0	13,9	11,5
Médio Completo	16,2	14,4	12,6	12,7	10,6	9,7	8,5	9,9	9,2	8,6	8,0	8,9	7,8
Superior	9,4	8,2	6,7	7,1	5,9	5,3	4,9	5,6	4,9	4,6	4,5	5,2	4,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

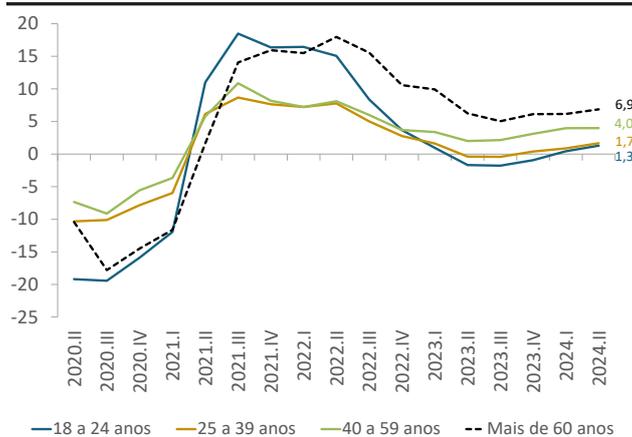
A abertura por idade mostra que, embora a taxa de desocupação dos trabalhadores mais jovens tenha registrado queda de 2,3 p.p., na comparação interanual, a taxa de 14,3%, apurada no segundo trimestre de 2024 ainda se encontra em patamar bem acima das demais faixas etárias. Nota-se ainda que, mesmo diante de uma expansão

3. Para mais detalhes, conferir a seção de rendimentos da Carta de Conjuntura no 64. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2024/09/retrato-dos-rendimentos-do-trabalho-resultados-da-pnad-continua-do-segundo-trimestre-de-2024/>.

de 1,3% da população ocupada, este grupo foi o que apresentou a menor taxa de crescimento no período (gráfico 12), sinalizando, portanto, que boa parte da desaceleração da desocupação observada deveu-se à queda de 1,5% da sua força de trabalho (gráfico 13).

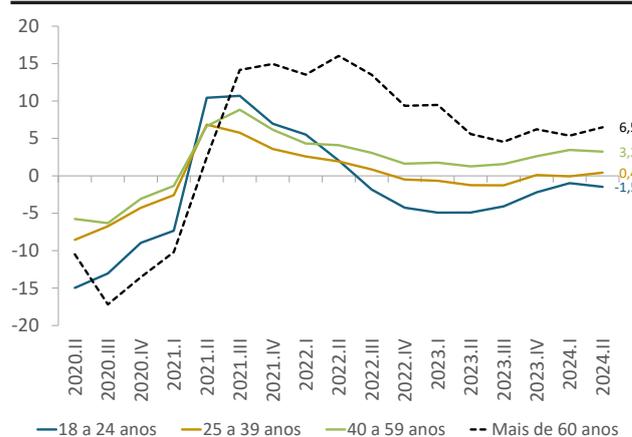
Em contrapartida, em que pese o aumento de 6,9% da população ocupada com mais de 60 anos, atingindo o maior avanço entre todos os segmentos, a taxa de desocupação dos mais idosos foi a que apontou o menor recuo da taxa de desocupação, no segundo trimestre de 2024, refletindo a alta de 6,5% da força de trabalho.

**GRÁFICO 12**  
**População Ocupada - Por faixa etária**  
(Variação interanual - %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

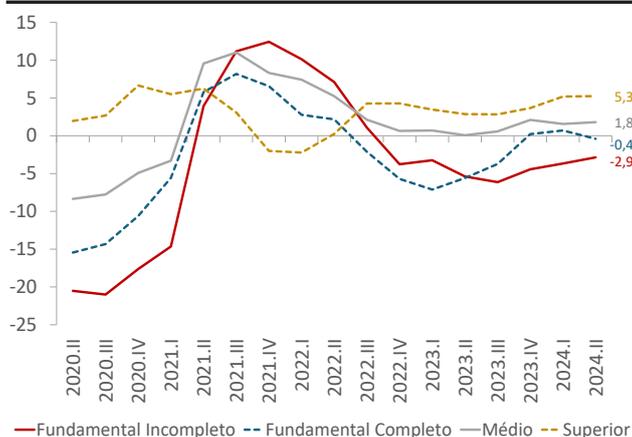
**GRÁFICO 13**  
**População Economicamente Ativa - Por faixa etária**  
(Variação interanual - %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

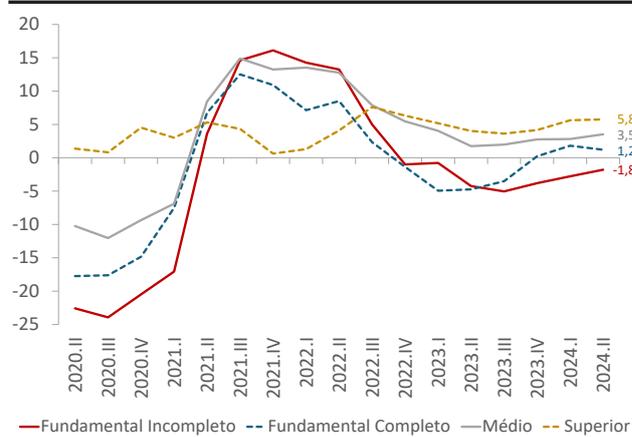
Já a desagregação por nível educacional revela que a desocupação dos trabalhadores com ensino médio incompleto segue sendo a mais alta (11,5%) entre todos os segmentos, ao passo que a mais baixa está no grupo com ensino superior (4,4%). Ainda de acordo com os microdados da PNAD Contínua, nos segmentos menos escolarizados, o recuo da taxa de desocupação é explicado muito mais pela perda de dinamismo da força de trabalho (gráfico 14) do que pela expansão da ocupação (gráfico 15). Em contrapartida, apesar de registrar o maior avanço da população ocupada (5,8%) entre todos os grupos analisados, a queda da desocupação entre os trabalhadores com ensino superior foi atenuada pela alta de 5,3% da sua força de trabalho.

**GRÁFICO 14**  
**População Economicamente Ativa - por grau de instrução**  
(Variação interanual - %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 15**  
**População Ocupada - Por grau de instrução**  
(Variação interanual - %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

### 3 Emprego setorial

Os dados mais recentes, extraídos da PNAD Contínua, mostram que a evolução positiva do emprego vem ocorrendo de forma diferenciada entre os setores da economia. Por certo, dos treze segmentos analisados, onze apresentaram melhora no emprego no segundo trimestre de 2024 em relação ao mesmo período do ano anterior (tabela 2). Entre esses onze setores, seis apresentaram taxas interanuais positivas iguais ou maiores que as registradas no trimestre anterior, indicando aumento no ritmo de crescimento da ocupação. Os destaques em termos de crescimento na taxa de crescimento interanual do emprego ficam por conta dos segmentos de serviços prestados a empresas (financeiros, de informática, e afins) cujo indicador referido variou de 5,5% no 1º trimestre para 7,5% no 2º trimestre de 2024, seguido do comércio (de 0,5% para 2,4%), e da construção civil (de 3,0% para 4,9%), cujas taxas de crescimento interanual do emprego são as mais elevadas desde o 3º trimestre de 2023. O fato desses três setores também estarem entre os cinco de maior crescimento absoluto de postos de trabalho é outro comportamento marcante nos respectivos crescimentos setoriais do emprego.

Os únicos setores que obtiveram taxas interanuais negativas no segundo trimestre de 2024 foram a agropecuária, que aumentou seu nível de queda (de -3,5% para -4,1%), e os serviços de utilidade pública (Siup), com variação negativa de 2,1 em comparação com variação positiva de 3,1 no trimestre anterior. Vale ressaltar que a Agricultura apresentou sua nona redução consecutiva na população ocupada, como demonstram os dados listados na tabela 2. Também é digno de nota o comportamento da taxa de crescimento anual do emprego no setor de serviços doméstico, apresentou uma queda significativa no segundo trimestre de 2024 quando comparada ao número do primeiro trimestre (de 3,5% para 0,1%).

Em valores absolutos, os dados revelam que o setor de informática foi o que mais adicionou trabalhadores à ocupação nos últimos doze meses, com expansão de aproximadamente 898 mil indivíduos entre os segundos trimestres de 2023 e 2024. Na sequência, o setor de saúde e educação registrou aumento da ocupação em aproximadamente 650 mil pessoas no mesmo período.

Deve-se ressaltar, no entanto, que a análise da variação interanual da ocupação setorial para o segundo trimestre de 2024, segundo a posição na ocupação (tabela 3), mostra que esse aumento observado de postos de trabalho no segmento de saúde e educação se deu majoritariamente via emprego informal (assalariados sem carteira assinada e trabalho por conta própria). O setor de serviços prestados às empresas, por sua vez, teve crescimento preponderante no emprego formal, com vantagem para os assalariados com registro (8,6%) em comparação com os assalariados sem registro (4,2%) e conta própria (7,0%).

Em relação aos outros três setores que apresentaram maior crescimento da população ocupada na comparação anual, a tabela 3 mostra que o setor de transporte obteve forte expansão nas vagas com registro formal (5,9%), e crescimento menor nos registros sem carteira (3,5%), dinâmica similar foi observada na construção civil (10,8% de crescimento dos com carteira em comparação a 6,6% dos sem carteira). No caso do comércio o crescimento se deu na sua virtual totalidade entre os empregados com carteira (4,6%) e observamos estagnação ou queda nos empregados por conta própria e informais.

O destaque positivo do crescimento do emprego formal nesses três setores é um dado alentador, haja vista que todos apresentam altas taxas de informalidade

Em contraste com esse quadro de crescimento do emprego setorial puxado pelo emprego formal, podemos citar o comportamento do emprego na agricultura e nos serviços domésticos, em que o emprego formal re-

gistou quedas significativas (-3,8% e -3,3% respectivamente) e o emprego assalariado sem carteira aumenta (2,6% e 1,3%).

Adicionalmente, de acordo com as estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego, o bom dinamismo do emprego com registro em carteira, com expansão de 3,9%, nos últimos 12 meses, encerrados em julho de 2024, vem ocorrendo em todos os segmentos pesquisados. Segundo o Novo Caged, os setores com maior crescimento relativo no período (gráfico 16) foram os serviços domésticos (11,6%), os serviços ligados a artes, cultura, esporte e lazer (10,7%) e a construção civil (6,5%). Já em termos absolutos, os segmentos que mais criaram postos formais no período foram: atividades administrativas e serviços complementares (353,3 mil), comércio (333,4 mil) e indústria de transformação (233,3 mil).

TABELA 2

**População ocupada por setores de atividade econômica: variação interanual (3º trim./2021-2º trim./2024)**  
(Em %)

	2021	2022				2023				2024	
	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.
Agricultura	4,5	2,5	-0,7	-3,6	-4,4	-5,2	-5	-3,8	-5,9	-3,5	-4,1
Indústria extrativa	12,1	9,8	18	13	16,3	8,4	2,5	13	6,9	13,3	4,8
Indústria de transformação	9,1	8,2	9,6	3,6	3,1	2,1	0,5	-1,5	0,6	2	1,4
Siup	8,1	6,5	15,6	4,8	-1,1	-2	-2,5	9	3,9	3,1	-2,1
Construção civil	17,4	12,7	11,2	2,7	-1,3	-0,8	-4,6	-2,4	1	3	4,9
Comércio	11,6	12,2	14,2	7,8	4	3	-0,8	-1,5	-0,3	0,5	2,4
Informática, financeira, serviços a empresas	7,2	4	5,1	6,9	4,4	6	3	5,2	5,4	5,5	7,5
Transporte	10	10,4	10	9,2	10	7,9	4,3	4,3	6,7	6	7,5
Serviços pessoais	14,7	19,5	18,7	24	9,8	4,3	2,7	-4,4	2,2	4,5	5,7
Administração pública	-2,4	2,6	1,8	8,8	3,7	1,5	1,7	-3,6	-2,9	0,7	0,7
Saúde e educação	3,1	1,5	7,2	8,5	8,9	6,5	5,9	7,2	4,9	4,2	5,1
Alojamento e alimentação	23,9	32,5	23,1	8,5	3,5	1,8	1	3,9	3,3	1,7	0,3
Serviços domésticos	21,7	19,4	18,7	9,6	2,1	1,2	-0,3	-1,3	3,5	3,5	0,1

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração dos autores.

TABELA 3

**População ocupada por setores e posição na ocupação: variação interanual (2º trim./2024)**  
(Em %)

	PNAD Contínua		
	Assalariado com registro <sup>3</sup>	Assalariado sem registro	Conta própria <sup>4</sup>
<b>Total</b>	<b>4,0</b>	<b>2,7</b>	<b>1,3</b>
Agricultura	-3,8	2,6	-9,1
Indústria extrativa	4,1	9,4	4,6
Indústria de transformação	1,4	2,3	0,0
Siup	-0,1	-3,3	-6,5
Construção civil	10,8	6,6	2,5
Comércio	4,6	-0,4	0,1
Informática, financeira, serviços a empresas	8,6	4,2	7,0
Transporte	5,4	3,5	8,9
Serviços pessoais	6,4	6,5	5,3
Administração pública	1,1	-0,5	-
Saúde e educação	4,4	7,5	4,5
Alojamento e alimentação	2,3	0,3	-2,8
Serviços domésticos	-3,3	1,3	-

Fontes: PNAD Contínua/IBGE e Novo Caged/Ministério do Trabalho e Emprego.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 16

**Novo Caged: Saldos acumulados em doze meses como proporção do estoque**  
(Em %)



Fonte: Novo Caged/Ministério do Trabalho e Emprego.  
Elaboração dos autores.

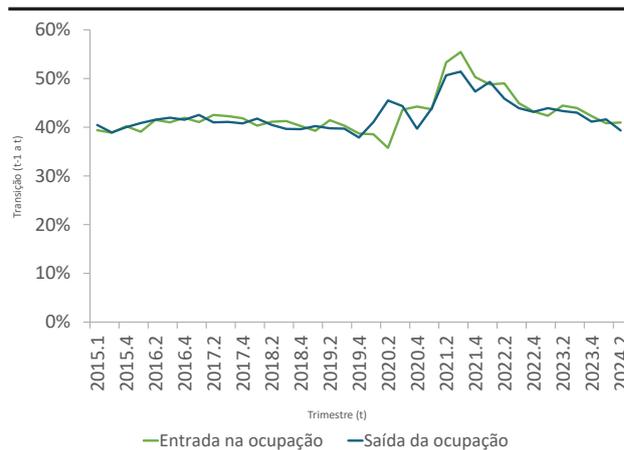
#### 4 - Análise dos fluxos de ocupação e desocupação

Uma análise mais detalhada do mercado de trabalho pode ser alcançada ao examinar a evolução das transições entre diferentes posições ocupacionais dos indivíduos, complementando a análise tradicional da evolução dos estoques. Para isso, recorreremos aos microdados da PNAD Contínua, cuja estrutura prevê que domicílios e seus moradores sejam entrevistados cinco vezes ao longo de um ano, com intervalos de três meses entre cada entrevista. Assim, a comparação da informação fornecida em duas entrevistas domiciliares permite quantificar as transições individuais entre diferentes posições ocupadas no período compreendido.<sup>4</sup>

Para início de análise, o gráfico 17 apresenta os fluxos de entrada e saída para a ocupação total<sup>5</sup> no país, normalizados pela população ocupada estimada no trimestre anterior. A diferença entre as duas linhas do gráfico representa o crescimento percentual da população ocupada no trimestre. Os dados mostram um aumento líquido na população ocupada no segundo trimestre de 2024, decorrente, sobretudo, de uma queda considerável de

GRÁFICO 17

**Fluxos de saída e entrada para ocupação**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Discoc/Ipea.

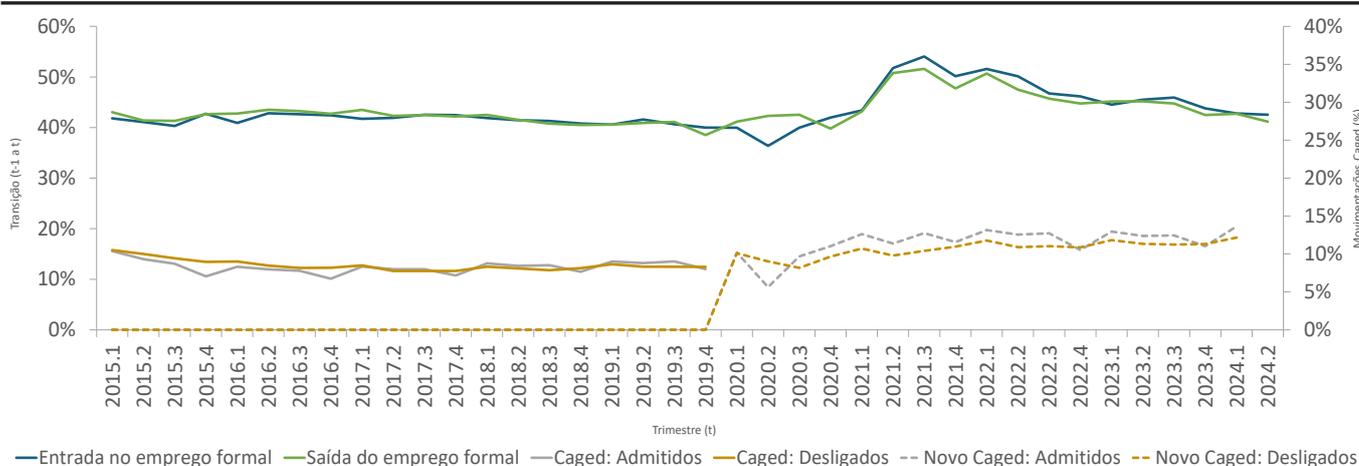
4. Vale dizer que o IBGE disponibiliza apenas um código identificador do domicílio, de forma que, para seguir a sequência de entrevistas de um mesmo indivíduo, foram usados também o gênero e a data de nascimento dos entrevistados.

5. Além disso, foi calculado o saldo da soma de todas as variações no peso amostral dos indivíduos que permaneceram ocupados de um trimestre para o outro. Quando esse saldo no trimestre é positivo, é acrescido na série das entradas; quando negativo, na série das saídas.

2,27 p.p. no fluxo de saída (passando de 41,60% no primeiro trimestre do ano para 39,33% no segundo). Em contraste, o fluxo de entrada se manteve praticamente estável, variando apenas 0,13 p.p. no período (passando de 40,83% para 40,96%).

Por sua vez, o gráfico 18 mostra os fluxos de entrada e saída para o emprego formal.<sup>6</sup> Embora o fluxo de entrada tenha se reduzido ligeiramente, passando de 42,79% no primeiro trimestre para 42,53% no segundo trimestre de 2024, houve uma expansão da população com emprego formal no período, devido à queda expressiva de 1,55 p.p. no fluxo de saída, que passou de 42,72% para 41,17%, conforme os dados da PNAD Contínua.

**GRÁFICO 18**  
**Fluxos de saída e entrada para empregados formais**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs.: Embora os dados do Novo Caged sejam disponibilizados em bases mensais, optamos por reportar as movimentações acumuladas em trimestres para facilitar a comparação com os dados da PNAD Contínua.

A análise do gráfico 18 revela também o fato de que as movimentações extraídas dos dados do Novo Caged (linhas pontilhadas) indicam que, no segundo trimestre de 2024, o fluxo de entradas no emprego formal superou o de saídas – 13,21% ante 12,02%, respectivamente –, resultando em um aumento de 1,19 p.p. no saldo trimestral. Vale destacar que os resultados do Novo Caged diferem em magnitude dos resultados da PNAD Contínua, devido às distintas metodologias de coleta de dados entre essas duas pesquisas.

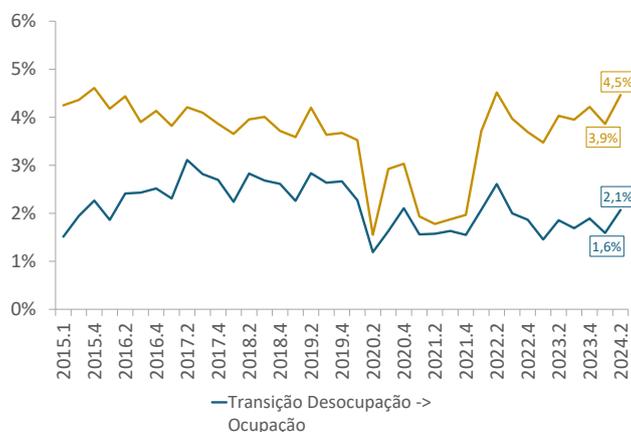
Para melhor compreender a relação entre os fluxos de entrada e saída da ocupação, torna-se necessário analisar a evolução recente de componentes desses movimentos. O gráfico 19 desagrega os fluxos de entrada no emprego, diferenciando as transições a partir do desemprego e da inatividade. Nota-se que ambos os fluxos contribuíram para o aumento do número de trabalhadores que ingressaram na condição de ocupados: o fluxo proveniente do desemprego aumentou de 1,59% para 2,07% entre o primeiro e o segundo trimestre de 2024, enquanto o fluxo proveniente da inatividade subiu de 3,86% para 4,46%.

Por sua vez, a análise do gráfico 20 revela que a diminuição do fluxo total de saída da ocupação, no segundo trimestre de 2024 (conforme ilustrado anteriormente no gráfico 17), ocorreu devido à redução das transições tanto para o desemprego (de 1,94% para 1,51%) quanto para a inatividade (de 4,80% para 4,30%)<sup>7</sup>

6. A definição de emprego formal utilizada no texto se refere a trabalhadores domésticos, públicos ou privados que possuem carteira assinada, além de militares e estatutários.

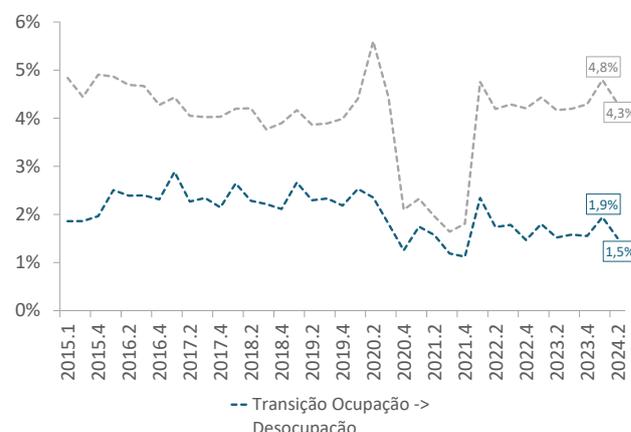
7. A discrepância entre as magnitudes dos fluxos de entrada e saída (gráficos 19 e 20) e as variações agregadas (gráfico 17) no segundo trimestre de 2024 deve-se ao fato de que os primeiros gráficos consideram apenas indivíduos presentes na amostra da PNAD Contínua em ambos os trimestres, enquanto o gráfico 17 inclui também aqueles que entram e saem da amostra da pesquisa. Embora essa diferença tenha sido significativa em 2020 e 2021 devido à pandemia de covid-19 e à alta taxa de não resposta da PNAD Contínua, desde 2022, o impacto dessas entradas e saídas da amostra é inferior a 1%.

**GRÁFICO 19**  
**Decomposição das entradas para ocupação**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Disoc/Ipea.

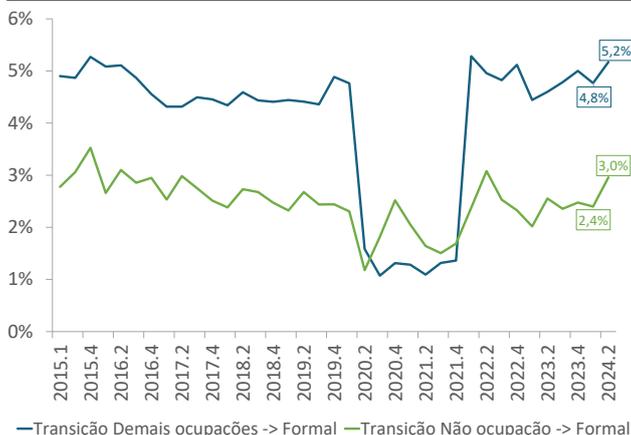
**GRÁFICO 20**  
**Decomposição das saídas da ocupação**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Disoc/Ipea.

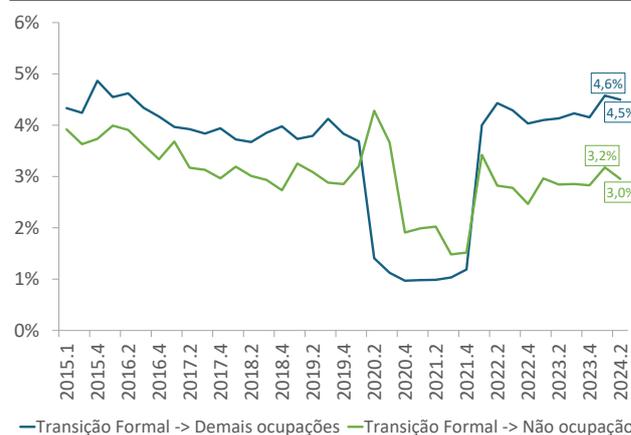
De maneira semelhante ao feito para a análise da ocupação, os gráficos 21 e 22 desagregam os fluxos de entrada e saída do emprego formal. Observa-se um aumento do fluxo de entrada no emprego formal, tanto proveniente de outras ocupações (de 4,77% para 5,17%) quanto da não ocupação (de 2,40% para 2,96%). Esse movimento é acompanhado por uma pequena redução nos fluxos de saída do emprego formal, tanto em direção a outras ocupações (de 4,58% para 4,50%) quanto à não ocupação (de 3,18% para 2,95%).<sup>8</sup>

**GRÁFICO 21**  
**Decomposição do fluxo de entrada para o emprego formal**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Disoc/Ipea.

**GRÁFICO 22**  
**Decomposição do fluxo de entrada para o emprego formal**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Disoc/Ipea.

8. Assim como na análise dos componentes dos fluxos para a ocupação total, os dados dos gráficos 21 e 22 não coincidem com o agregado do gráfico 18, devido aos fluxos de entrada e saída da amostra da PNAD Contínua serem considerados apenas no gráfico 18. O aumento na entrada no emprego formal proveniente de outras ocupações e da não ocupação (gráfico 21) foi mais do que compensado pela redução de 1,23 p.p. no fluxo de trabalhadores que ingressaram na amostra da PNAD Contínua ocupando empregos formais no segundo trimestre de 2024 (de 35,63% para 34,40%) – resultando em uma redução líquida de 0,27 p.p. na entrada do emprego formal (como mostrado no gráfico 17). Em contrapartida, a maior parte da redução da saída do emprego formal observada no gráfico 18 deve-se à queda de 1,24 p.p. no componente relacionado aos trabalhadores formais que deixaram a amostra da pesquisa no segundo trimestre (de 34,96% para 33,72%).

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)  
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

**Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

Claudio Hamilton Matos dos Santos (Editor)  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos  
Leonardo Mello de Carvalho  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora y Araujo  
Sandro Sacchet de Carvalho  
Sergio Fonseca Ferreira

**Pesquisadores Visitantes:**

Debora Mesquita Pimentel  
Felipe dos Santos Martins

**Equipe de Assistentes:**

Beatriz de Luna Barreto  
Izabel Nolau de Souza  
Marcelo Guedes Pecky  
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

**Equipe Administrativa:**

Amanda Fernandes Tatagiba  
Lidiane Santos de Souza  
Aline Conceição Santos  
Rosanne Rodrigues Barbosa

**Design/Diagramação:**

Augusto Lopes dos Santos Borges  
Leonardo Simão Lago Alvite

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

---